



# PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO

LATO SENSU | ESPECIALIZAÇÃO

LAJEDO - PE

2025



## **MANTENEDORA**

Razão Social:  
**FACULDADE CINDER LTDA**

CNPJ:  
**51.635.948/0001-54**

Endereço:  
**Rua João Paulo II, 216, Centro, Lajedo, PE, CEP: 55.385-000**

Presidente:  
**Graciara das Neves Laureano**

---

## **MANTIDA**

Nome:  
**Faculdade CINDER**

Endereço:  
**Rua João Paulo II, nº 227, Centro, Lajedo, PE, CEP: 55.385-000**

Procurador Institucional:  
**Prof. Gilson Pereira Evangelista**

---

## **CORPO DIRETIVO**

**Graciara das Neves Laureano**  
Diretora Geral

**Patricia Emidia Dornelas Melo**  
Diretora Acadêmica

**Elaine Nayara Medeiros de Melo França**  
Secretária Acadêmica

**Gilson Pereira Evangelista**  
Procurador Institucional

**Josival Emanuel Ferreira Alves**  
Coordenador da Comissão Própria de Avaliação

## SUMÁRIO

<b>1. INFORMAÇÕES BÁSICAS .....</b>	<b>4</b>
<b>2. ESTRUTURA E CONTEÚDOS CURRICULARES.....</b>	<b>5</b>
<b>2.1. Eixos Estruturantes.....</b>	<b>5</b>
<b>2.2. Estrutura Curricular .....</b>	<b>9</b>
<b>2.3. Conteúdos Curriculares .....</b>	<b>11</b>
<b>2.4. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC .....</b>	<b>22</b>
<b>2.5. Metodologia .....</b>	<b>25</b>

## 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

- **Curso de Pós-Graduação em Direito do Trabalho e Previdenciário**
- **Carga horária:** 360h
- **Modalidade:** Presencial
- **Público-alvo:** Profissionais do Direito, recursos humanos, contabilidade, gestão, consultoria e áreas afins
- **Objetivo:**

Formar especialistas capacitados para atuar de forma técnica, crítica e estratégica nas áreas de Direito do Trabalho e Direito Previdenciário, com domínio da legislação, da prática jurídica e das demandas contemporâneas das relações de trabalho e da proteção social.
- **Temáticas abordadas:**
  - Fundamentos do Direito do Trabalho;
  - Relações de trabalho e contrato de trabalho;
  - Direitos trabalhistas individuais;
  - Direitos trabalhistas coletivos e negociação sindical;
  - Justiça do Trabalho e processo trabalhista;
  - Reforma Trabalhista e seus impactos;
  - Seguridade social e organização previdenciária;
  - Benefícios previdenciários e requisitos legais;
  - Processo administrativo e judicial previdenciário;
  - Planejamento previdenciário e atuação profissional;
  - Metodologia da pesquisa aplicada ao Direito;
  - Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

## **2. ESTRUTURA E CONTEÚDOS CURRICULARES**

### **2.1. Eixos Estruturantes**

A organização curricular do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito do Trabalho e Previdenciário está alicerçada em eixos estruturantes que orientam a formação acadêmica e profissional do estudante, assegurando coerência entre os fundamentos do Direito do Trabalho, as relações laborais contemporâneas, os direitos individuais e coletivos dos trabalhadores, o processo do trabalho, a seguridade social, os benefícios previdenciários, o processo previdenciário e a produção científica aplicada à área jurídica.

A proposta curricular foi concebida para atender às demandas atuais do campo jurídico, empresarial, administrativo e social, considerando as constantes transformações nas relações de trabalho, os impactos das reformas legislativas, as novas formas de contratação, a ampliação dos debates sobre proteção social, a judicialização das demandas trabalhistas e previdenciárias e a necessidade de profissionais capazes de atuar com segurança técnica, visão crítica, responsabilidade ética e domínio normativo.

O curso busca formar especialistas aptos a compreender e aplicar os institutos centrais do Direito do Trabalho e do Direito Previdenciário, articulando teoria, legislação, jurisprudência, prática profissional e análise crítica da realidade social. Nesse sentido, a formação proposta não se limita ao estudo abstrato das normas, mas valoriza a interpretação jurídica contextualizada, a solução de problemas concretos, a atuação preventiva, consultiva, administrativa e contenciosa, bem como a compreensão dos direitos sociais como dimensão fundamental da cidadania.

A matriz curricular está organizada em módulos progressivos, permitindo que o estudante inicie sua formação pelos fundamentos do Direito do Trabalho, avance para o estudo dos direitos trabalhistas individuais e coletivos, aprofunde o processo do trabalho, compreenda a seguridade social e os benefícios previdenciários, e conclua o percurso formativo com a metodologia da pesquisa e o Trabalho de Conclusão de Curso.

### 2.1.1. Eixo 1 - Fundamentos do Direito do Trabalho

Este eixo compreende os fundamentos históricos, conceituais, principiológicos e normativos do Direito do Trabalho. Seu propósito é oferecer ao estudante uma base sólida para compreender a formação do sistema jurídico trabalhista, sua função social, seus princípios estruturantes e sua aplicação nas relações de trabalho contemporâneas.

Nesse eixo, são estudadas a Teoria Geral do Direito do Trabalho, as Relações de Trabalho e o Contrato de Trabalho, permitindo ao pós-graduando compreender a evolução da proteção jurídica ao trabalhador, a distinção entre relação de trabalho e relação de emprego, os sujeitos da relação laboral, os elementos do vínculo empregatício e as principais modalidades contratuais.

O eixo também favorece a compreensão crítica das mudanças no mundo do trabalho, incluindo terceirização, trabalho intermitente, teletrabalho, pejetização, trabalho por plataformas digitais, flexibilização das relações laborais e desafios de proteção social em contextos produtivos dinâmicos e complexos.

### 2.1.2. Eixo 2 - Direitos Trabalhistas Individuais e Coletivos

Este eixo volta-se ao estudo dos direitos trabalhistas assegurados aos trabalhadores no âmbito das relações individuais e coletivas de trabalho. Busca-se aprofundar a análise dos direitos decorrentes do contrato de trabalho, das obrigações patronais, da remuneração, da jornada, dos períodos de descanso, da estabilidade, da rescisão contratual e das garantias de proteção ao trabalhador.

No campo coletivo, o eixo contempla o estudo da organização sindical, da negociação coletiva, dos instrumentos coletivos de trabalho, do direito de greve, dos conflitos coletivos e da atuação das entidades representativas. A abordagem permite compreender o Direito Coletivo do Trabalho como espaço de negociação, composição de interesses, defesa de categorias profissionais e construção de soluções jurídicas para conflitos laborais.

A formação nesse eixo é essencial para que o especialista possa atuar de forma preventiva e resolutive, elaborando pareceres, orientações, estratégias de conformidade

trabalhista, análise de riscos, defesa de direitos e acompanhamento de conflitos individuais e coletivos.

### 2.1.3. Eixo 3 - Processo do Trabalho

Este eixo contempla o estudo da Justiça do Trabalho, do Processo Trabalhista e das principais alterações decorrentes da Reforma Trabalhista. Seu objetivo é desenvolver competências para a atuação processual, administrativa e contenciosa em demandas trabalhistas, considerando os princípios processuais, a estrutura da Justiça do Trabalho, os procedimentos, os atos processuais, as provas, os recursos, a execução e os mecanismos de solução de conflitos.

O Processo do Trabalho é abordado como instrumento de efetivação dos direitos sociais, permitindo ao estudante compreender a relação entre direito material e direito processual, bem como a importância da técnica jurídica na condução de reclamações trabalhistas, defesas, audiências, recursos e cumprimento de decisões.

A abordagem também considera os impactos da Reforma Trabalhista na dinâmica processual, na sucumbência, na negociação, na responsabilidade das partes, nos meios alternativos de solução de conflitos e na atuação estratégica de advogados, empresas, sindicatos e profissionais da área jurídica.

### 2.1.4. Eixo 4 - Direito Previdenciário

Este eixo constitui dimensão central da formação, pois articula os fundamentos da seguridade social, os benefícios previdenciários e o processo previdenciário. O estudo parte da compreensão da seguridade social como sistema de proteção destinado a assegurar direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, com ênfase no Regime Geral de Previdência Social e nos principais institutos previdenciários.

O eixo contempla a análise dos benefícios previdenciários, requisitos de concessão, qualidade de segurado, carência, tempo de contribuição, incapacidade laboral, aposentadorias, pensões, auxílios, salário-maternidade, benefício assistencial, revisão de benefícios e planejamento previdenciário.

Também são abordados o processo administrativo previdenciário e o processo judicial previdenciário, permitindo ao estudante compreender os procedimentos perante o INSS, a produção de provas, os recursos administrativos, a judicialização de demandas, as perícias, os cálculos previdenciários e as estratégias de atuação em favor de segurados, empresas e beneficiários.

#### 2.1.5. Eixo 5 - Pesquisa, Produção do Conhecimento e Trabalho de Conclusão de Curso

Este eixo reafirma o compromisso da pós-graduação lato sensu com a formação investigativa, crítica e reflexiva. Compreende os estudos voltados à metodologia da pesquisa, à produção acadêmica e à elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

A pesquisa é compreendida como instrumento de qualificação da prática jurídica, permitindo ao estudante analisar problemas reais do Direito do Trabalho e do Direito Previdenciário, interpretar normas, examinar jurisprudência, sistematizar experiências profissionais, propor soluções jurídicas e produzir conhecimento aplicado à realidade social e institucional.

O Trabalho de Conclusão de Curso constitui momento de síntese e consolidação da formação, possibilitando a articulação entre os conteúdos estudados e os desafios concretos vivenciados no campo jurídico. O TCC poderá assumir diferentes formatos acadêmicos e profissionais, como artigo científico, estudo de caso, parecer jurídico, projeto de intervenção, relatório técnico-científico ou ensaio acadêmico, desde que apresente fundamentação teórica, rigor metodológico e pertinência em relação à área do curso.

#### 2.1.6. Eixo Transversal - Ética, Direitos Sociais, Cidadania, Responsabilidade Profissional e Justiça Social

De forma transversal, todos os eixos estruturantes do curso são perpassados por princípios de ética profissional, direitos sociais, cidadania, dignidade da pessoa humana, valorização do trabalho, proteção social, segurança jurídica, responsabilidade profissional e compromisso com a justiça social.

Esses princípios não constituem elementos acessórios da formação, mas fundamentos que orientam toda a proposta pedagógica do curso. A atuação em Direito do Trabalho e Previdenciário exige postura ética, domínio técnico, responsabilidade na interpretação normativa, respeito às partes envolvidas, compromisso com a verdade, observância dos princípios processuais e compreensão das consequências sociais das decisões jurídicas.

O curso, portanto, busca formar especialistas capazes de atuar de maneira crítica, técnica e humanizada na defesa de direitos, na orientação de trabalhadores, empregadores, segurados, beneficiários, sindicatos, empresas e instituições públicas ou privadas, contribuindo para relações laborais mais justas e para a efetividade da proteção previdenciária.

## **2.2. Estrutura Curricular**

A estrutura curricular do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito do Trabalho e Previdenciário foi organizada de forma modular, progressiva e integrada, com carga horária total de 360 horas, distribuídas ao longo de 12 meses. A proposta curricular busca assegurar formação consistente para profissionais do Direito, da gestão, da administração, da contabilidade, dos recursos humanos, da consultoria empresarial, da advocacia, da assessoria sindical, da atuação pública e de áreas afins que atuam ou pretendem atuar com demandas trabalhistas e previdenciárias.

Os módulos foram estruturados de modo a favorecer a progressão acadêmica do estudante. O percurso inicia com os fundamentos do Direito do Trabalho, avança para o estudo dos direitos trabalhistas individuais e coletivos, aprofunda o processo do trabalho, contempla os fundamentos e procedimentos do Direito Previdenciário e culmina com a formação investigativa e a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

A matriz curricular também considera as demandas atuais do mundo do trabalho e da proteção social, especialmente a necessidade de profissionais preparados para lidar com contratos de trabalho, direitos laborais, negociação coletiva, litígios trabalhistas, benefícios previdenciários, processos administrativos e judiciais, planejamento previdenciário e produção de conhecimento jurídico aplicado.

<b>Eixo</b>	<b>Módulo</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Carga Horária</b>
<b>Fundamentos do Direito do Trabalho</b>	Módulo 1 - Fundamentos do Direito do Trabalho	Teoria Geral do Direito do Trabalho	24h
		Relações de Trabalho	24h
		Contrato de Trabalho	24h
<b>Direitos Trabalhistas</b>	Módulo 2 - Direitos Trabalhistas	Direitos Trabalhistas Individuais	36h
		Direitos Trabalhistas Coletivos	36h
<b>Processo do Trabalho</b>	Módulo 3 - Processo do Trabalho	Justiça do Trabalho	24h
		Processo Trabalhista	36h
		Reforma Trabalhista	24h
<b>Direito Previdenciário</b>	Módulo 4 - Direito Previdenciário	Seguridade Social	24h
		Benefícios Previdenciários	36h
		Processo Previdenciário	24h
<b>Pesquisa e Produção Científica</b>	Módulo 5 - Pesquisa e TCC	Metodologia da Pesquisa	36h
		Trabalho de Conclusão de Curso	36h
<b>TOTAL</b>			<b>360h</b>

### 2.2.1. Distribuição de Disciplinas por Eixo

A distribuição das disciplinas por eixo foi concebida para assegurar equilíbrio entre fundamentos jurídicos, direitos materiais, prática processual, proteção previdenciária, pesquisa acadêmica e produção técnica. Essa organização favorece uma formação coerente com as demandas profissionais da área jurídica, especialmente no campo das relações de trabalho e da seguridade social.

<b>Eixo</b>	<b>Módulo</b>	<b>Carga Horária</b>
Fundamentos do Direito do Trabalho	Módulo 1 - Fundamentos do Direito do Trabalho	72h
Direitos Trabalhistas	Módulo 2 - Direitos Trabalhistas	72h
Processo do Trabalho	Módulo 3 - Processo do Trabalho	84h
Direito Previdenciário	Módulo 4 - Direito Previdenciário	84h
Pesquisa, Produção do Conhecimento e TCC	Módulo 5 - Pesquisa e TCC	72h
<b>Total Geral</b>		<b>360h</b>

## 2.3. Conteúdos Curriculares

### Módulo 1 - Fundamentos do Direito do Trabalho - 72h

#### **Ementa**

Estudo dos fundamentos históricos, sociais, econômicos, políticos e jurídicos do Direito do Trabalho, compreendido como ramo jurídico voltado à regulação das relações laborais e à proteção dos direitos sociais. Análise dos princípios trabalhistas, das fontes normativas, da evolução das relações de trabalho, da distinção entre relação de trabalho e relação de emprego, dos sujeitos da relação laboral e dos elementos caracterizadores do vínculo empregatício. Estudo do contrato de trabalho, suas modalidades, requisitos, alterações, suspensão, interrupção e extinção, considerando as transformações contemporâneas do mundo do trabalho e os desafios da proteção jurídica diante de novas formas de contratação e prestação de serviços.

#### **Objetivos**

Compreender os fundamentos do Direito do Trabalho, analisando seus princípios, fontes, sujeitos, relações jurídicas e modalidades contratuais, de modo a desenvolver competências para interpretação, aplicação e solução de problemas relacionados às relações laborais contemporâneas.

#### **Conteúdo Programático**

##### TEORIA GERAL DO DIREITO DO TRABALHO

- 1.1 Conceito, autonomia e natureza jurídica do Direito do Trabalho.
- 1.2 Evolução histórica do trabalho e da proteção trabalhista.
- 1.3 Fundamentos constitucionais do Direito do Trabalho.
- 1.4 Princípios do Direito do Trabalho.
- 1.5 Fontes formais e materiais do Direito do Trabalho.
- 1.6 Hierarquia das normas trabalhistas.
- 1.7 Aplicação e interpretação das normas trabalhistas.
- 1.8 Flexibilização, desregulamentação e proteção social.
- 1.9 Direito do Trabalho e dignidade da pessoa humana.

1.10 Desafios contemporâneos do mundo do trabalho.

## RELAÇÕES DE TRABALHO

2.1 Relação de trabalho e relação de emprego.

2.2 Elementos caracterizadores do vínculo empregatício.

2.3 Empregado, empregador e grupo econômico.

2.4 Trabalhador autônomo, eventual, avulso e temporário.

2.5 Terceirização e responsabilidade trabalhista.

2.6 Trabalho doméstico.

2.7 Teletrabalho e trabalho remoto.

2.8 Trabalho intermitente.

2.9 Trabalho por plataformas digitais.

2.10 Fraudes trabalhistas, pejetização e reconhecimento de vínculo.

## CONTRATO DE TRABALHO

3.1 Conceito, características e requisitos do contrato de trabalho.

3.2 Modalidades de contrato de trabalho.

3.3 Contrato por prazo determinado e indeterminado.

3.4 Contrato de experiência.

3.5 Alteração do contrato de trabalho.

3.6 Suspensão e interrupção do contrato de trabalho.

3.7 Poder diretivo do empregador e limites jurídicos.

3.8 Deveres do empregado e do empregador.

3.9 Extinção do contrato de trabalho.

3.10 Verbas rescisórias e efeitos jurídicos da rescisão contratual.

## **Metodologia**

O módulo será desenvolvido por meio de aulas expositivas dialogadas, leitura e discussão de textos doutrinários, análise da legislação trabalhista, estudo de jurisprudência, resolução de situações-problema, debates e estudos de caso. As atividades buscarão articular os fundamentos teóricos do Direito do Trabalho com a realidade

concreta das relações laborais, permitindo ao estudante compreender os institutos jurídicos a partir de situações práticas e contemporâneas.

Também poderão ser utilizados documentos legais, decisões judiciais, contratos de trabalho, pareceres, notícias jurídicas, enunciados jurisprudenciais e ferramentas digitais de pesquisa jurídica para ampliar a capacidade interpretativa e analítica do estudante.

### **Avaliação**

A avaliação será contínua, processual e formativa, considerando a participação do estudante nas atividades propostas, sua capacidade de interpretação normativa, análise crítica, aplicação dos princípios trabalhistas e resolução de problemas jurídicos. Poderão ser utilizados estudos dirigidos, produções escritas, seminários, análise de casos, debates, atividades em ambiente digital e avaliação escrita, conforme planejamento docente.

## **Módulo 2 - Direitos Trabalhistas - 72h**

### **Ementa**

Estudo dos direitos trabalhistas individuais e coletivos, com ênfase nas garantias decorrentes do contrato de trabalho, na remuneração, jornada, descanso, férias, décimo terceiro salário, FGTS, adicionais legais, estabilidade, proteção contra despedida arbitrária e rescisão contratual. Análise do Direito Coletivo do Trabalho, da organização sindical, da negociação coletiva, dos instrumentos coletivos, do direito de greve, dos conflitos coletivos e da atuação das entidades representativas. Reflexão sobre a efetividade dos direitos sociais, os impactos das alterações legislativas e os desafios da proteção do trabalhador no contexto das transformações produtivas e econômicas.

### **Objetivos**

Compreender os direitos trabalhistas individuais e coletivos, desenvolvendo competências para interpretar normas, orientar relações laborais, analisar riscos jurídicos, elaborar soluções preventivas e atuar em demandas envolvendo direitos dos trabalhadores, empregadores, sindicatos e categorias profissionais.

## **Conteúdo Programático**

### **DIREITOS TRABALHISTAS INDIVIDUAIS**

- 1.1 Direitos sociais trabalhistas na Constituição Federal.
- 1.2 Salário, remuneração e parcelas salariais.
- 1.3 Jornada de trabalho e controle de ponto.
- 1.4 Horas extras, banco de horas e compensação de jornada.
- 1.5 Repouso semanal remunerado e intervalos.
- 1.6 Férias e décimo terceiro salário.
- 1.7 FGTS e demais encargos trabalhistas.
- 1.8 Adicionais de insalubridade, periculosidade e noturno.
- 1.9 Estabilidades e garantias provisórias de emprego.
- 1.10 Rescisão contratual e verbas trabalhistas.

### **DIREITOS TRABALHISTAS COLETIVOS**

- 2.1 Fundamentos do Direito Coletivo do Trabalho.
- 2.2 Organização sindical brasileira.
- 2.3 Sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais.
- 2.4 Liberdade sindical e representação dos trabalhadores.
- 2.5 Negociação coletiva de trabalho.
- 2.6 Convenção coletiva e acordo coletivo de trabalho.
- 2.7 Prevalência do negociado sobre o legislado.
- 2.8 Direito de greve e seus limites jurídicos.
- 2.9 Conflitos coletivos de trabalho.
- 2.10 Atuação sindical, mediação e composição de conflitos.

## **Metodologia**

O módulo será desenvolvido por meio de aulas dialogadas, análise de legislação, estudo de convenções e acordos coletivos, interpretação de decisões judiciais, estudos de caso, seminários e atividades práticas voltadas à identificação e solução de problemas trabalhistas. As atividades buscarão aproximar o estudante da prática profissional, favorecendo a compreensão dos direitos trabalhistas em sua dimensão individual, coletiva e institucional.

Poderão ser utilizados modelos de contratos, termos rescisórios, instrumentos coletivos, julgados, pareceres, notícias jurídicas e exercícios de cálculo ou análise de verbas trabalhistas, conforme pertinência pedagógica.

### **Avaliação**

A avaliação será contínua e formativa, considerando a participação nas atividades, a análise crítica de situações trabalhistas, a interpretação de normas, a elaboração de respostas jurídicas e a capacidade de articular direitos individuais e coletivos do trabalho. Poderão ser utilizados estudos dirigidos, seminários, relatórios, pareceres, análise de casos, atividades práticas e avaliação escrita.

## **Módulo 3 - Processo do Trabalho - 84h**

### **Ementa**

Estudo da Justiça do Trabalho, sua organização, competência, princípios e funcionamento. Análise do processo trabalhista, com abordagem dos atos processuais, partes, representação, petição inicial, defesa, audiência, provas, sentença, recursos, execução e cumprimento das decisões. Estudo dos impactos da Reforma Trabalhista no direito material e processual do trabalho, especialmente nas regras de acesso à justiça, honorários, sucumbência, acordo extrajudicial, negociação, responsabilidade processual e atuação estratégica das partes. Reflexão sobre a efetividade da tutela jurisdicional trabalhista e os meios adequados de solução de conflitos.

### **Objetivos**

Desenvolver competências para compreender e atuar no processo do trabalho, analisando a estrutura da Justiça do Trabalho, os procedimentos processuais, os impactos da Reforma Trabalhista e as estratégias jurídicas aplicáveis à solução de conflitos laborais.

### **Conteúdo Programático**

#### JUSTIÇA DO TRABALHO

1.1 Evolução histórica da Justiça do Trabalho.

1.2 Organização e funcionamento da Justiça do Trabalho.

- 1.3 Competência material, territorial e funcional.
- 1.4 Princípios do processo do trabalho.
- 1.5 Ministério Público do Trabalho.
- 1.6 Advogados, sindicatos e representação processual.
- 1.7 Acesso à justiça e gratuidade judiciária.
- 1.8 Conciliação e mediação trabalhista.
- 1.9 Atuação dos Tribunais Regionais do Trabalho.
- 1.10 Tribunal Superior do Trabalho e uniformização da jurisprudência.

#### PROCESSO TRABALHISTA

- 2.1 Reclamação trabalhista e petição inicial.
- 2.2 Notificação, citação e resposta do reclamado.
- 2.3 Audiência trabalhista.
- 2.4 Contestação, exceções e reconvenção.
- 2.5 Provas no processo do trabalho.
- 2.6 Sentença trabalhista.
- 2.7 Recursos trabalhistas.
- 2.8 Liquidação de sentença.
- 2.9 Execução trabalhista.
- 2.10 Cumprimento de acordo e efetividade da decisão judicial.

#### REFORMA TRABALHISTA

- 3.1 Contexto e fundamentos da Reforma Trabalhista.
- 3.2 Principais alterações no direito material do trabalho.
- 3.3 Principais alterações no processo do trabalho.
- 3.4 Honorários advocatícios e periciais.
- 3.5 Sucumbência e responsabilidade processual.
- 3.6 Acordo extrajudicial trabalhista.
- 3.7 Negociado sobre o legislado.
- 3.8 Trabalho intermitente, teletrabalho e terceirização.
- 3.9 Impactos jurisprudenciais da Reforma Trabalhista.
- 3.10 Desafios atuais da proteção trabalhista após a reforma.

### **Metodologia**

O módulo será desenvolvido por meio de aulas expositivas dialogadas, análise de peças processuais, estudo de jurisprudência, simulação de atos processuais, resolução de casos práticos, debates e atividades orientadas à prática jurídica trabalhista. As atividades buscarão desenvolver raciocínio processual, capacidade argumentativa, domínio técnico e compreensão estratégica da atuação perante a Justiça do Trabalho.

Poderão ser utilizados modelos de petições, defesas, sentenças, acórdãos, recursos, termos de audiência, decisões do TST, estudos de caso e ferramentas digitais de acompanhamento processual e pesquisa jurisprudencial.

### **Avaliação**

A avaliação será contínua, processual e formativa, considerando a participação do estudante, a análise de casos, a elaboração de peças ou manifestações simuladas, a interpretação da legislação processual, a compreensão dos impactos da Reforma Trabalhista e a capacidade de articular teoria e prática. Poderão ser utilizados relatórios, estudos dirigidos, seminários, peças processuais simuladas, análise de julgados e avaliação escrita.

## **Módulo 4 - Direito Previdenciário - 84h**

### **Ementa**

Estudo da seguridade social, com ênfase na previdência social, seus princípios, regimes, fontes de custeio, beneficiários e prestações. Análise dos benefícios previdenciários, requisitos de concessão, qualidade de segurado, carência, tempo de contribuição, incapacidade laboral, aposentadorias, pensões, auxílios, salário-maternidade, benefício assistencial, revisão e planejamento previdenciário. Estudo do processo administrativo e judicial previdenciário, incluindo requerimentos perante o INSS, produção de provas, recursos administrativos, perícias, judicialização, cálculos e estratégias de atuação previdenciária. Reflexão sobre a proteção social, a dignidade da pessoa humana e os desafios contemporâneos da previdência no Brasil.

## **Objetivos**

Compreender os fundamentos do Direito Previdenciário, analisando a seguridade social, os benefícios previdenciários e os procedimentos administrativos e judiciais, de modo a desenvolver competências para atuação técnica, consultiva, administrativa e contenciosa na área previdenciária.

## **Conteúdo Programático**

### **SEGURIDADE SOCIAL**

- 1.1 Conceito e fundamentos da seguridade social.
- 1.2 Saúde, previdência e assistência social.
- 1.3 Princípios constitucionais da seguridade social.
- 1.4 Organização da previdência social brasileira.
- 1.5 Regime Geral de Previdência Social.
- 1.6 Regimes Próprios de Previdência Social.
- 1.7 Segurados obrigatórios e facultativos.
- 1.8 Dependentes previdenciários.
- 1.9 Custeio da seguridade social.
- 1.10 Reforma da Previdência e seus impactos.

### **BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS**

- 2.1 Qualidade de segurado e período de graça.
- 2.2 Carência e tempo de contribuição.
- 2.3 Aposentadorias programadas.
- 2.4 Aposentadoria por incapacidade permanente.
- 2.5 Auxílio por incapacidade temporária.
- 2.6 Auxílio-acidente.
- 2.7 Pensão por morte.
- 2.8 Auxílio-reclusão e salário-maternidade.
- 2.9 Benefício de Prestação Continuada.
- 2.10 Revisão de benefícios e planejamento previdenciário.

## PROCESSO PREVIDENCIÁRIO

- 3.1 Processo administrativo previdenciário.
- 3.2 Requerimento de benefícios perante o INSS.
- 3.3 Produção de provas administrativas.
- 3.4 Justificação administrativa.
- 3.5 Recursos administrativos previdenciários.
- 3.6 Processo judicial previdenciário.
- 3.7 Competência e procedimentos judiciais.
- 3.8 Prova pericial previdenciária.
- 3.9 Cálculos previdenciários e cumprimento de decisão.
- 3.10 Estratégias de atuação previdenciária administrativa e judicial.

### **Metodologia**

O módulo será desenvolvido por meio de aulas dialogadas, análise da legislação previdenciária, estudo de casos concretos, interpretação de decisões judiciais, simulação de requerimentos administrativos, análise de documentos previdenciários, elaboração de estratégias de concessão ou revisão de benefícios e discussão de situações-problema.

Poderão ser utilizados modelos de requerimentos, decisões administrativas, acórdãos, laudos periciais, CNIS, cartas de concessão, cálculos previdenciários, pareceres e ferramentas digitais de pesquisa jurídica e previdenciária.

### **Avaliação**

A avaliação será processual e formativa, considerando a participação do estudante, a análise crítica de situações previdenciárias, a interpretação normativa, a elaboração de soluções administrativas ou judiciais, a compreensão dos requisitos dos benefícios e a capacidade de articular seguridade social, proteção previdenciária e prática profissional. Poderão ser utilizados estudos de caso, relatórios, seminários, pareceres, exercícios práticos, produções escritas e avaliação individual.

## **Módulo 5 - Pesquisa e TCC - 72h**

### **Ementa**

Estudo dos fundamentos da metodologia da pesquisa científica aplicada ao campo jurídico, com ênfase na produção do conhecimento em Direito do Trabalho e Direito Previdenciário. Abordagem dos tipos de pesquisa, construção do problema, objetivos, justificativa, revisão de literatura, procedimentos metodológicos, análise de legislação, doutrina e jurisprudência, organização da escrita acadêmica e normas de apresentação de trabalhos científicos. Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso como atividade de sistematização, análise e aplicação dos conhecimentos construídos ao longo da pós-graduação, podendo assumir formato de artigo científico, estudo de caso, parecer jurídico, projeto de intervenção, relatório técnico-científico ou ensaio acadêmico.

### **Objetivos**

Desenvolver competências investigativas e acadêmicas para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, articulando fundamentos teóricos, análise crítica da legislação, interpretação jurisprudencial e proposição de estudos ou soluções aplicadas ao Direito do Trabalho e Previdenciário.

### **Conteúdo Programático**

#### **METODOLOGIA DA PESQUISA**

- 1.1 Ciência, conhecimento e pesquisa jurídica.
- 1.2 Fundamentos da metodologia científica.
- 1.3 Pesquisa bibliográfica, documental, jurisprudencial e empírica.
- 1.4 Problema de pesquisa e questão norteadora.
- 1.5 Objetivos gerais e específicos.
- 1.6 Justificativa e relevância jurídica e social do estudo.
- 1.7 Revisão de literatura e fundamentação teórica.
- 1.8 Procedimentos metodológicos na pesquisa jurídica.
- 1.9 Análise de legislação, doutrina e jurisprudência.
- 1.10 Escrita acadêmica, ética e normas científicas.

## TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

- 2.1 Finalidade acadêmica e formativa do TCC.
- 2.2 Escolha e delimitação do tema.
- 2.3 Estrutura do projeto de pesquisa.
- 2.4 Relação entre o TCC e a área do curso.
- 2.5 Temas aplicados ao Direito do Trabalho.
- 2.6 Temas aplicados ao Direito Previdenciário.
- 2.7 Artigo científico, estudo de caso, parecer jurídico ou ensaio acadêmico.
- 2.8 Orientação e acompanhamento do trabalho.
- 2.9 Critérios de avaliação do TCC.
- 2.10 Apresentação, socialização e entrega da produção final.

### **Metodologia**

O módulo será desenvolvido por meio de aulas expositivas dialogadas, oficinas de metodologia, leitura orientada de textos científicos, análise de artigos jurídicos, elaboração progressiva do projeto ou produção final, seminários de socialização e acompanhamento docente. As atividades buscarão fortalecer a postura investigativa do estudante, sua capacidade de leitura crítica, organização metodológica e produção acadêmica aplicada à realidade trabalhista e previdenciária.

Poderão ser utilizados recursos digitais de pesquisa, bases acadêmicas, repositórios de jurisprudência, legislação atualizada, ferramentas de organização bibliográfica, editores colaborativos e ambientes virtuais de apoio à produção científica.

### **Avaliação**

A avaliação será contínua e formativa, considerando a participação do estudante, a elaboração progressiva do TCC, a qualidade da produção escrita, a coerência metodológica, a fundamentação teórica, a pertinência da proposta em relação à área do curso e a capacidade de articulação entre teoria, legislação, jurisprudência e prática profissional.

## 2.4. Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso constitui etapa obrigatória e fundamental da formação no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito do Trabalho e Previdenciário, configurando-se como momento de consolidação, aprofundamento e aplicação dos conhecimentos desenvolvidos ao longo do percurso formativo. Trata-se de componente acadêmico-científico que permite ao estudante sistematizar aprendizagens, analisar problemas jurídicos concretos e produzir conhecimento aplicado às relações de trabalho, à proteção previdenciária, ao processo trabalhista, ao processo previdenciário e à efetivação dos direitos sociais.

No âmbito da especialização, o TCC representa oportunidade para que o pós-graduando desenvolva postura investigativa, reflexão crítica e capacidade de articulação entre teoria e prática. O trabalho poderá abordar problemáticas relacionadas aos fundamentos do Direito do Trabalho, às relações de trabalho, ao contrato de trabalho, aos direitos individuais e coletivos, ao processo do trabalho, à Reforma Trabalhista, à seguridade social, aos benefícios previdenciários, ao processo previdenciário, ao planejamento previdenciário, à judicialização de demandas sociais e à atuação profissional nas áreas trabalhista e previdenciária.

O TCC poderá ser desenvolvido em formatos compatíveis com a natureza acadêmica e profissional da pós-graduação lato sensu, tais como artigo científico, estudo de caso, parecer jurídico, relatório técnico-científico, ensaio acadêmico ou projeto de intervenção profissional. Independentemente do formato adotado, deverá apresentar rigor metodológico, fundamentação teórica consistente, clareza argumentativa, pertinência temática, respeito aos princípios éticos e contribuição para a prática jurídica.

Os temas do Trabalho de Conclusão de Curso deverão estar alinhados à proposta formativa da especialização e aos conteúdos desenvolvidos nos módulos do curso, podendo contemplar, entre outros:

- I. Princípios do Direito do Trabalho e sua aplicação contemporânea;
- II. Novas formas de trabalho e proteção jurídica do trabalhador;
- III. Terceirização, pejetização e reconhecimento de vínculo empregatício;
- IV. Teletrabalho, trabalho remoto e trabalho por plataformas digitais;
- V. Contrato de trabalho e modalidades contratuais;

- VI. Direitos trabalhistas individuais e efetividade das garantias sociais;
- VII. Direito coletivo do trabalho e negociação coletiva;
- VIII. Organização sindical e representação dos trabalhadores;
- IX. Reforma Trabalhista e impactos no direito material e processual;
- X. Processo do trabalho e acesso à justiça;
- XI. Execução trabalhista e efetividade das decisões judiciais;
- XII. Seguridade social e proteção previdenciária;
- XIII. Benefícios previdenciários e requisitos de concessão;
- XIV. Benefícios por incapacidade e prova pericial;
- XV. Processo administrativo previdenciário;
- XVI. Processo judicial previdenciário;
- XVII. Planejamento previdenciário;
- XVIII. Revisão de benefícios previdenciários;
- XIX. Judicialização da previdência social;
- XX. Direitos sociais, cidadania e dignidade da pessoa humana.

#### 2.4.1. Objetivos do TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivos:

- I. Promover a articulação entre teoria e prática no campo do Direito do Trabalho e Previdenciário;
- II. Desenvolver competências investigativas, analíticas e críticas aplicadas à realidade jurídica;
- III. Estimular a produção de conhecimento científico e técnico voltado à melhoria da atuação profissional;
- IV. Capacitar o estudante para elaborar estudos, pareceres, diagnósticos, análises jurisprudenciais e propostas de solução jurídica;
- V. Contribuir para o aprimoramento da interpretação e aplicação das normas trabalhistas e previdenciárias;
- VI. Incentivar a reflexão sobre os desafios contemporâneos das relações de trabalho e da proteção social;

- VII. Fortalecer a formação acadêmica e profissional do pós-graduando, favorecendo sua autonomia intelectual e sua capacidade de sistematização científica.

#### 2.4.2. Orientação e Avaliação

O desenvolvimento do TCC será acompanhado por docente orientador com titulação e experiência compatíveis com a área jurídica, especialmente em Direito do Trabalho, Direito Previdenciário, Processo do Trabalho, Seguridade Social, Pesquisa Jurídica ou áreas afins. A orientação compreenderá o acompanhamento da escolha e delimitação do tema, construção do problema, definição dos objetivos, revisão de literatura, organização metodológica, desenvolvimento da análise e redação final do trabalho.

A avaliação do TCC será realizada conforme as normas institucionais, podendo ocorrer por meio de banca examinadora, apresentação oral, parecer avaliativo ou outro procedimento previsto pela instituição. Na apreciação do trabalho, serão considerados, entre outros, os seguintes critérios:

- I. Relevância e pertinência do tema para a área do curso;
- II. Clareza na delimitação do problema, dos objetivos e da justificativa;
- III. Coerência entre fundamentação teórica, metodologia e desenvolvimento do trabalho;
- IV. Rigor metodológico e consistência acadêmica;
- V. Capacidade de análise crítica da legislação, da doutrina e da jurisprudência;
- VI. Aplicabilidade da proposta ou contribuição para a prática jurídica;
- VII. Qualidade da redação acadêmica e organização textual;
- VIII. Respeito aos princípios éticos da pesquisa e da atuação profissional;
- IX. Pertinência das conclusões apresentadas;
- X. Domínio do conteúdo e capacidade argumentativa, quando houver apresentação oral.

A aprovação no TCC constitui requisito indispensável para a integralização do curso e para a certificação do estudante, conforme regulamentação institucional aplicável à pós-graduação lato sensu.

#### 2.4.3. Impacto do TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso constitui importante instrumento de produção de conhecimento aplicado ao campo jurídico, com potencial para contribuir diretamente com a melhoria da atuação profissional em demandas trabalhistas e previdenciárias.

Os estudos desenvolvidos pelos pós-graduandos poderão subsidiar pareceres jurídicos, estratégias de atuação administrativa e judicial, propostas de prevenção de litígios, análises de risco trabalhista, estudos jurisprudenciais, planos de orientação previdenciária, pesquisas sobre benefícios sociais e reflexões sobre a efetividade dos direitos sociais.

Além disso, os resultados dos TCCs poderão ser socializados em seminários acadêmicos, eventos institucionais, publicações, grupos de estudo ou ações de formação continuada, fortalecendo a circulação do conhecimento e ampliando o impacto social da pós-graduação. Dessa forma, o TCC ultrapassa a função de requisito acadêmico formal e afirma-se como instrumento de qualificação profissional, reflexão crítica e contribuição efetiva para a realidade jurídica e social.

#### 2.5. Metodologia

A metodologia do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito do Trabalho e Previdenciário foi estruturada de modo a promover aprendizagem crítica, reflexiva, contextualizada, colaborativa e orientada à prática profissional. A proposta metodológica articula fundamentos teóricos, análise normativa, interpretação jurisprudencial, estudo de casos, prática processual, pesquisa jurídica e produção acadêmica.

O processo formativo valoriza o protagonismo do estudante, a construção ativa do conhecimento, a troca de experiências profissionais e a relação entre teoria e prática. Considerando que muitos estudantes da pós-graduação atuam ou pretendem atuar em escritórios de advocacia, departamentos jurídicos, empresas, sindicatos, órgãos públicos,

setores de recursos humanos, consultorias, assessorias ou instituições de proteção social, o curso busca integrar as vivências profissionais dos participantes às discussões acadêmicas.

A metodologia também está orientada pela progressão curricular do curso. Os conteúdos desenvolvidos em cada módulo dialogam entre si e contribuem para a formação integral do especialista, permitindo que o estudante compreenda o Direito do Trabalho e o Direito Previdenciário em suas dimensões normativa, social, processual, institucional, ética e investigativa.

### 2.5.1. Metodologias Ativas de Aprendizagem

O curso adota metodologias ativas como estratégia para o desenvolvimento das competências acadêmicas e profissionais do estudante. Essas metodologias colocam o pós-graduando no centro do processo de aprendizagem, estimulando autonomia intelectual, pensamento crítico, resolução de problemas, colaboração e aplicação prática dos conteúdos.

Entre as principais estratégias utilizadas, destacam-se:

- I. Estudos de caso relacionados a contratos de trabalho, direitos trabalhistas, rescisões, demandas coletivas, benefícios previdenciários e processos judiciais;
- II. Aprendizagem colaborativa, por meio de atividades em grupo, debates, produções coletivas e construção de soluções jurídicas;
- III. Oficinas práticas de análise de peças trabalhistas, requerimentos previdenciários, pareceres e decisões judiciais;
- IV. Seminários temáticos voltados ao aprofundamento dos conteúdos e à socialização de experiências profissionais;
- V. Análise de documentos legais, jurisprudenciais, administrativos e processuais;
- VI. Atividades mediadas por tecnologias educacionais e jurídicas, envolvendo bases de dados, sistemas de pesquisa, legislação atualizada e repositórios de jurisprudência.

### 2.5.2. Aulas Expositivas Dialogadas e Debates

As aulas expositivas dialogadas constituem estratégia importante para a sistematização dos conteúdos teóricos, legais, processuais e metodológicos do curso. Entretanto, serão conduzidas de forma participativa, problematizadora e contextualizada, com estímulo ao diálogo, à formulação de questões, ao compartilhamento de experiências e à análise crítica da realidade jurídica.

Os debates permitirão ao estudante relacionar os conteúdos estudados com situações concretas vivenciadas no campo profissional, fortalecendo a compreensão do Direito do Trabalho e Previdenciário como áreas diretamente relacionadas à proteção dos direitos sociais, à segurança jurídica, à cidadania, à dignidade da pessoa humana e à pacificação de conflitos.

### 2.5.3. Pesquisa e Reflexão Crítica

A pesquisa constitui dimensão essencial da metodologia do curso, sendo compreendida como instrumento de qualificação da prática profissional. Ao longo da especialização, os estudantes serão incentivados a desenvolver leitura crítica de textos acadêmicos, análise de problemas jurídicos, interpretação de normas, exame de jurisprudência, elaboração de produções escritas e construção progressiva do Trabalho de Conclusão de Curso.

A reflexão crítica será estimulada por meio de debates, estudos dirigidos, seminários, análise de casos, interpretação de decisões judiciais, elaboração de pareceres e estudo de alterações legislativas. Com isso, a metodologia do curso ultrapassa a simples transmissão de conteúdos e favorece a formação de especialistas capazes de compreender, analisar e enfrentar problemas complexos do mundo do trabalho e da proteção previdenciária.

### 2.5.4. Uso de Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC

O curso integra o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação como apoio ao processo de ensino-aprendizagem, à pesquisa, à comunicação acadêmica, à produção de

materiais jurídicos e ao acompanhamento pedagógico. Poderão ser utilizados ambientes virtuais de apoio, materiais digitais, apresentações multimídia, bases de dados científicas, repositórios legislativos, plataformas de jurisprudência, ferramentas colaborativas e recursos audiovisuais.

No contexto da formação jurídica, as TIC contribuem para ampliar o acesso à legislação atualizada, à doutrina, à jurisprudência, aos informativos dos tribunais, aos sistemas processuais, aos simuladores de cálculo, aos documentos previdenciários e aos materiais acadêmicos. Seu uso deverá ser sempre orientado por intencionalidade pedagógica, ética, criticidade, responsabilidade profissional e compromisso com a qualidade da formação.

#### 2.5.5. Estudos de Caso e Atividades Práticas

Serão desenvolvidas atividades práticas voltadas à análise de situações relacionadas ao Direito do Trabalho, às relações laborais, aos direitos individuais e coletivos, ao processo trabalhista, à seguridade social, aos benefícios previdenciários e ao processo previdenciário.

Os estudos de caso permitirão ao estudante articular fundamentos teóricos e análise contextualizada das demandas concretas do campo profissional. As atividades práticas poderão incluir simulações, oficinas, elaboração de pareceres, análise de contratos, interpretação de decisões judiciais, estudo de requerimentos administrativos, organização de estratégias processuais e construção de soluções jurídicas fundamentadas.

#### 2.5.6. Avaliação Contínua e Processual

A avaliação da aprendizagem será contínua, processual e formativa, considerando o desenvolvimento progressivo das competências acadêmicas, técnicas, reflexivas, jurídicas, tecnológicas e profissionais do estudante. A avaliação será compreendida como parte integrante do processo formativo, permitindo acompanhar avanços, identificar dificuldades e orientar intervenções pedagógicas necessárias ao melhor aproveitamento acadêmico.

Entre os instrumentos avaliativos, poderão ser utilizados:

- I. Estudos dirigidos e análises de textos jurídicos;
- II. Participação em debates, aulas e seminários;
- III. Produções escritas, relatórios, resenhas e trabalhos acadêmicos;
- IV. Análise de estudos de caso;
- V. Elaboração de pareceres jurídicos;
- VI. Análise de legislação, doutrina e jurisprudência;
- VII. Simulação de peças processuais ou requerimentos administrativos;
- VIII. Atividades mediadas por tecnologias educacionais e jurídicas;
- IX. Desenvolvimento progressivo do Trabalho de Conclusão de Curso.

Essa perspectiva avaliativa favorece a observação do desenvolvimento integral do estudante e a aferição não apenas do domínio conceitual, mas também da capacidade analítica, da reflexão crítica, da aplicação prática do conhecimento, da utilização responsável das tecnologias e da postura ética diante das demandas trabalhistas e previdenciárias.

#### 2.5.7. Integração Teoria-Prática

A metodologia do curso assegura a articulação permanente entre teoria e prática, reconhecendo que a formação em Direito do Trabalho e Previdenciário exige domínio conceitual, compreensão legislativa, interpretação jurisprudencial, raciocínio jurídico, postura ética, capacidade argumentativa, domínio processual e competência para propor soluções adequadas às demandas sociais, empresariais, administrativas e judiciais.

Essa integração permitirá ao estudante compreender as relações de trabalho e a proteção previdenciária como campos jurídicos dinâmicos, diretamente vinculados à dignidade da pessoa humana, à cidadania, à justiça social, à segurança jurídica e à efetividade dos direitos fundamentais.

Ao promover essa articulação, o curso reafirma seu compromisso com uma pós-graduação lato sensu academicamente consistente, profissionalmente relevante e voltada à formação de especialistas capazes de contribuir para a melhoria da atuação jurídica, da prevenção de conflitos, da defesa de direitos e da efetivação da proteção social.